



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

Processo Licitatório nº: 22.071/2021

Processo de Recurso nº: 21.351/2022

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE E DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE APLICATIVO UTILITÁRIO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MARKETING DA CIDADE.**

**RECORRENTE: IT CAST TECNOLOGIA LTDA ME**

**RECORRIDO: PREGOEIRA**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **IT CAST TECNOLOGIA LTDA ME**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 121/2022.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 121/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:10 horas do dia 22 de julho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 22/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 22.071/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 121/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de website e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da secretaria municipal de turismo e marketing da cidade. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 10:38:32 do dia 04/08/2022 foi reaberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 20.1 do Edital nº 121/2022;

Foram registradas quatro intenções de recursos, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;



Comissão de Pregão III

A empresa **IT CAST TECNOLOGIA LTDA ME**, apresentou o recurso para o Grupo 01 em 09/08/2022.

A empresa **GG MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA** apresentou Contrarrazões para o Grupo 01.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

*“A empresa vencedora embora tenha apresentado vários atestados de capacidade técnica, nenhum deles está em conformidade com o exigido no EDITAL, constando apenas atestados de produção de programas de rádio, diagramação, revisão ortográfica, editoração gráfica, cobertura fotográfica, entre outros eventos jornalísticos.”*

*“E entre os currículos apresentados, temos profissionais de pedagogia, jornalismo, comunicação social, letras e o único apresentado na área solicitada é de uma pessoa que consta na Receita Federal como proprietário da empresa M4 Digital, CNPJ 30.162.346/0001-57 e sem vínculo comprovado com a empresa vencedora.”*

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Alega a RECORRIDA, em síntese, que:

*“Ao contrário do que informado pelo Recorrente, todos os documentos apresentados pelo Recorrido foram devidamente apresentados no momento de qualificação técnico profissional, de forma a demonstrar que atua na área de design, marketing, hospedagem de sites, bem como manipulação de dados virtuais, como é o caso da manutenção de aplicativos em dispositivos móveis.”*



Comissão de Pregão III

***“Não obstante, foram apresentados, além dos atestados de capacidade técnica, contratos de prestação de serviços firmados com empresas de grande porte, como é o caso da Autotrak, que comprovam sobremaneira a experiência do Recorrido para prestar os serviços exigidos por esta Administração Pública. “***

***“Lado outro, também não tem razão o Recorrente quanto às suas alegações de que o Recorrido não possui e não apresentou profissional capacitado para prestar os serviços. No entanto, o Edital é claro ao afirmar que a indicação do profissional responsável pelo cumprimento do contrato deve ser apresentada no momento da assinatura do contrato administrativo, ou seja, em momento posterior ao do Pregão Eletrônico...”***

V. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade*



Comissão de Pregão III

*administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **IT CAST TECNOLOGIA LTDA ME**

Inicialmente cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou a Procuradoria Geral do Município, tendo em vista tratar-se de questões jurídicas, na forma que dispõe o item 28.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Procuradoria Geral do Município resumidamente opinou:

***“Quanto à alegação de descumprimento do subitem 12.4 do termo de referência, s.m.j., não assiste razão à recorrente, eis que, de fato, tal obrigação é exigida apenas no momento da assinatura do contrato, consoante o teor dos subitens 12.3 e 12.4, estando inseridas no item 12 que trata das obrigações da contratada, não se tratando, portanto, de exigência de qualificação técnica para fins de habilitação.”***

Com relação a alegação de que a recorrida não atendeu à qualificação técnica, considerando o parecer exarado pela Douta Procuradoria Geral do Município, no Processo de Recurso protocolado sob o nº 21.354/2022 (**documento em anexo**), que discorria sobre a mesma matéria, resumidamente opinou:

***“...o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como seus princípios basilares o da ampla concorrência.”***



Comissão de Pregão III

VI. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município (documento em anexo), sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **IT CAST TECNOLOGIA LTDA ME** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 121/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, MANTENDO habilitada a empresa **GG MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA** no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 121/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 26 de agosto de 2022.

ELIZA SOUZA MACHADO  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matricula: 106.380